

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planos para acelerar a reforma tributária 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União arrecada R\$14bi com transação tributária 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Toffoli dá três dias para Fazenda explicar mudanças no Carf 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Majoria no STF é a favor de "quebra" de decisão definitiva 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente defende aumento do alcance da Previdência 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Rever cadastros é essencial para deter a farra dos auxílios (Editorial) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda do dólar impulsiona ações de companhias aéreas - MERCADO S/A 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso mira área social e crescimento econômico 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula fala em consenso para reconstrução 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve levar ao menos seis meses, diz Tebet após reunião com Lira
..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

União e Podemos terão vice-líderes do governo 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula pede apoio para novo regime fiscal em abertura do ano Legislativo 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O copia e cola da incerteza fiscal (Artigo) 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário cria expectativa de mais inflação para este ano 25

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

OCDE detalha adoção do imposto mínimo global	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Colhendo juros (Editorial)	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Lula sinaliza possível mudança na autonomia do BC após Campos Neto	29
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
O duro e necessário recado do BC (Editorial)	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê dólar mais fraco após sinalização sobre Selic	33
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Volta o debate: inflação versus crescimento - CLAUDIA SAFATLE	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PIB moderado é mais provável do que recessão, diz Picchetti	36

Planos para acelerar a reforma tributária



José Guimarães (PT-CE): Executivo terá que se entender com Senado e Câmara para que a tramitação do projeto avance

Rosana Hessel Ingrid Soares

Com a reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, as articulações para uma das principais reformas prometidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a tributária, começam a ganhar corpo e as sinalizações de fontes do governo indicam que o começo da tramitação deverá ser pela Câmara dos Deputados em vez do Senado Federal, o que vem preocupando técnicos e especialistas.

Após a primeira reunião de Lula com a liderança do governo e vice-líderes da base aliada, ontem, no Palácio do Planalto, o líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a **reforma tributária** foi o principal tema da conversa. Ele afirmou esperar que a matéria seja aprovada "pelo menos até o fim do ano".

Nos bastidores, há uma queda de braço entre os presidentes reeleitos da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre em qual Casa a **reforma tributária** começaria a tramitação da proposta. O líder evitou comentar onde a proposta começaria a tramitar e reforçou que será preciso um entendimento entre o governo e as duas Casas do Legislativo.

O parlamentar petista destacou que haverá um esforço para avançar rapidamente com a **reforma tributária** e lembrou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende encaminhar a proposta de reforma até abril.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, estima, no mínimo, um prazo de seis meses para que a **reforma tributária** passe em uma das Casas. "A **reforma tributária** é um processo que começa agora e

estaremos, mais ou menos assim, definindo alguma coisa em torno de seis meses. Não dá para falar em **reforma tributária** em menos que isso", disse Tebet, ontem, após reunião com Arthur Lira, na Câmara.

Processo demorado

Caso a tramitação comece mesmo pela Câmara, já que Lira saiu mais fortalecido do que Pacheco na reeleição, o processo será mais demorado, de acordo com o ex-deputado Luiz Carlos Haully, autor do texto-base da PEC 110, que está no Senado, e um grande defensor da **reforma tributária**.

"Se o governo quiser iniciar a discussão pela Câmara, vai ter que começar do zero e precisará combinar com todos os envolvidos novamente. A PEC 110 está mais adiantada e já tem uma parte da PEC 45 (da Câmara) incorporada ao texto, porque a proposta saiu da tramitação quando Lira encerrou a comissão. Agora, se a proposta recomeçar pela Câmara, vai virar uma briga antiga que vai atrapalhar toda a tramitação da reforma", alertou.

Haully lembrou que a proposta da PEC 110 é inspirada no modelo canadense, prevendo a criação de um tributo único sobre o consumo, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com cobrança única e receita repartida entre a União e os demais entes federativos. "Essa foi uma recomendação da **Receita Federal**, porque é preciso separar uma parte da arrecadação para a União atender às demandas da Saúde e da **Previdência Social**." Integrantes do governo, por sua vez, buscam uma solução para acelerar a tramitação da **reforma tributária**. A saída em discussão seria não apresentar uma nova proposta e aproveitar os textos parados no Congresso Nacional: a PEC 45/2019, da Câmara, e a PEC 110/2019, do Senado. De acordo com uma fonte qualificada da Esplanada, a discussão será retomada a partir desses dois textos. Vai tramitar uma das propostas, mas o texto da outra será considerado pelo relator. "A ideia é retomar logo (a **reforma tributária**), a partir dos textos que já estão no Congresso. A meta é aprovar até o fim de abril em uma das Casas", afirmou.

De acordo com Guimarães, as conversas de Lula com parlamentares aliados sobre a **reforma tributária** começarão na semana que vem em nova reunião do presidente com as lideranças. "Está sob o comando do ministro Fernando Haddad. Eu conversei um pouco com os vice-líderes, eles vão ajudar, tem especialistas aqui na área. Nós vamos começar a dialogar a partir

de segunda-feira (6) sobre o conteúdo dela, sobre o que nós podemos fazer antecipadamente para termos uma **reforma tributária** robusta e que dê conta dos problemas", emendou.

União arrecada R\$14bi com transação tributária



Anelize Almeida: ideia é arrecadar mais por meio das transações

Beatriz Olivon e Estevão Tair De Brasília

A União conseguiu recuperar, em 2022, R\$ 39,1 bilhões inscritos na dívida ativa. Foi determinante para chegar a esse valor, que superou os alcançados em anos anteriores, os acordos fechados com contribuintes por meio das chamadas transações tributárias, que somaram R\$ 14,1 bilhões.

Os dados foram repassados com exclusividade ao Valor pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida.

Para 2023, a expectativa é de elevar ainda mais a arrecadação por meio desses acordos. Para isso, a procuradora-geral pretende "arrumar a casa". Hoje, segundo ela, há cerca de 200 pedidos de transação individual acumulados, por falta de força de trabalho. Para dar andamento a esses processos, conta com o preenchimento de cem vagas em concurso aberto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Também há a intenção, afirma Anelize, de incluir o risco judicial nas transações tributárias. A ideia seria levar em consideração nas negociações, além dos valores em dívida ativa, a possibilidade de recuperação do crédito.

Para a procuradora-geral, a negociação poderia até incluir práticas ESG (ambientais, sociais e de

governança) como critério de rating - ideia que ainda não foi levada ao Ministério da Fazenda. "Hoje na transação só olhamos para o crédito tributário inscrito em dívida ativa. Vamos abrir isso um pouco mais. Podemos sentar com o contribuinte e ver se é possível um acordo em processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, além da dívida ativa", diz.

Hoje, acrescenta, a PGFN analisa a capacidade de pagamento com base em critérios fiscais, financeiros e tributários.

"E se eu colocasse mais um ponto positivo?", questiona a procuradora-geral sobre a possibilidade de incluir as práticas ESG. A ideia seria levar em conta uma política de ESG bem estruturada, uma política de diversidade compatível com a defendida pelos ministérios dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial, por exemplo. "Acho possível crescer nesse caminho e olhar de forma mais transversal, não resolver só o problema do fluxo de caixa, de dinheiro entrando no Tesouro." Neste ano, já foram abertos dois editais de transação. A PGFN tem percebido que a transação por edital (com condições de adesão genéricas) ou a individual têm funcionado muito melhor do que as relacionadas a teses tributárias, segundo Lana Borges, chefe da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Estratégia da Representação Judicial. A de tese - como a que foi aberta sobre tributação de participação nos lucros e resultados (PLR) -, afirma, parte de uma análise mais complexa do benefício pelo contribuinte.

"Precisa ser tese muito definitiva.

Se ele [o contribuinte] percebe que tem alguma chance no Judiciário, não vai abrir mão", diz Anelize, acrescentando que a transação, em 2022, foi determinante para a recuperação da dívida ativa.

O valor de R\$ 39,1 bilhões, diz a procuradora-geral, representa um aumento em relação a 2020 e anos anteriores. "O patamar de arrecadação entre 2014 e 2015 era de R\$ 14 bilhões. Em sete anos atingimos duas vezes e meia o valor. Isso demonstra que a reorganização dos fluxos de trabalho na dívida ativa estava no caminho certo", diz Anelize, que já esteve à frente da gestão da dívida ativa.

A procuradora lembra que a forma de cobrar dívida

feita naquela época era "quase artesanal" e não se justificava quando se leva em consideração que há milhões de devedores - hoje a dívida ativa está em R\$ 2,7 trilhões. Naquele período, afirma Anelize, começou a classificação do crédito e o rating dos devedores.

Depois, segundo a procuradora geral, passou a ser adotado o cruzamento de dados, facilitando a localização de bens e identificação de patrimônio de devedores. Em 2017, a recuperação chegou a R\$ 27 bilhões.

"Havia um potencial represado e depois esse patamar se manteve constante", afirma ela, destacando que o impulso veio com a transação. Em 2021, gerou R\$ 6 bilhões e, em 2022, foram R\$ 14 bilhões. A ideia da PGFN com as transações, de acordo com ela, sempre foi a de oferecer melhores condições para contribuintes que dificilmente teriam como pagar a dívida, como empresas falidas ou já encerradas sem patrimônio nem grupo econômico.

Esse é um dos pontos que diferencia a transação dos antigos parcelamentos do tipo Refis - que davam as mesmas condições para quem tinha e não tinha capacidade de pagar os **tributos**.

A procuradora-geral destaca a importância da convergência da administração tributária para uma atuação integrada. Hoje, diz, a PGFN sabe quando uma tese tributária começa a ganhar corpo no país, mas ainda não consegue uma atuação integrada com auditores fiscais. "Como a gente chega na Receita e vice-versa?"

É uma das coisas que estamos discutindo. Talvez a criação de um comitê de uniformização. É uma mudança de cultura."

Fazenda já pode recorrer à Justiça em caso de derrota no **Carf**

A Fazenda Nacional já pode recorrer ao Judiciário quando for derrotada no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Não é necessária alteração legal para essa medida, aventada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no anúncio do seu primeiro pacote de medidas fiscais.

A informação foi dada pela procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, em entrevista ao Valor.

"Eu disse para o ministro que a gente tem a competência [para recorrer]", diz. De acordo com ela, essa é a interpretação da Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN) da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73, de 1993).

"A gente representa a Fazenda Nacional ativa ou passivamente.

Em casos específicos é possível recorrer à Justiça, como já aconteceu.

Estamos estudando." Estão sendo analisadas, acrescenta, as teses em que a Fazenda apresentaria recurso. "Em algumas teses, o **Carf** acabou decidindo contra decisões do Judiciário.

Em outros casos, a jurisprudência ainda estava sendo formada.

É uma análise da tese e do processual, de qual a melhor estratégia que a gente vai usar", afirma.

Entre os temas em estudo, segundo Anelize, está o da "trava de 30%" - o limite anual de prejuízo que pode ser abatido do cálculo dos **tributos** federais que incidem sobre o lucro. Foi fixado pelas leis nº 8.981 e nº 9.065, ambas de 1995. Antes todo o prejuízo podia ser deduzido.

A PGFN ainda analisa qual o instrumento processual adequado.

Para Anelize, existem muitos argumentos para recorrer, além da tese, para dizer que a decisão, apesar de ter sido tomada pela estrutura da administração pública, está violando o sistema tributário de forma geral e causando distorção na concorrência.

Lana Borges, chefe da procuradoria-geral adjunta de Representação Judicial, reforça que há temas em estudo. "O que vai na frente é essa preocupação com a afronta de precedentes. É uma garantia inclusive para os contribuintes, para toda a comunidade jurídica", afirma ela, lembrando que as decisões do **Carf**, até então, na tese da trava de 30% eram em sentido contrário ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O entendimento do **Carf** sobre a trava de 30% já começou a ser revertido no primeiro dia de julgamentos com o retorno do voto de qualidade - o desempate pelo presidente da turma julgadora, representante da Fazenda.

A relatora, conselheira Lívia De Carli Germano, representante dos contribuintes, disse, no julgamento de um caso sobre o assunto, que até 2009 a matéria era pacífica, depois passou a ser julgada com voto de

qualidade contra as empresas. Com a mudança no desempate em 2020, acrescentou, voltou a ser favorável ao contribuinte. Para ela, as decisões de turma do STJ não vinculam o **Carf** - que só é obrigado a seguir repetitivo (a palavra final do STJ sobre um tema).

De acordo com Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, o contribuinte, quando perde, pode ir ao Judiciário via mandado de segurança ou ação anulatória porque o princípio da universalidade da jurisdição se aplica aos cidadãos como forma de contenção do poder do Estado em face deles. "Nesses termos, a autoridade tributária não teria a universalidade de acesso a jurisdição.

O próprio Código Tributário reconhece que a decisão administrativa final reconhecendo que tributo não é devido gerar extinção do crédito tributário", afirma.

O voto de qualidade representa, em certa medida, um equilíbrio a essa distribuição de forças que não é igual entre contribuinte e Fazenda, segundo Tathiane.

Mas, por outro lado, é um mecanismo controvertido na medida em que o Fisco acaba sendo privilegiado.

Para a professora, é compreensível que a PGFN recorra como forma de equilíbrio, "mas não há respaldo legal".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450>

Toffoli dá três dias para Fazenda explicar mudanças no Carf

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli deu ontem prazo de três dias para o governo prestar informações sobre medida provisória que restituiu o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - que é o tribunal administrativo que julga os recursos dos contribuintes contra autuações de cobrança de **impostos** feitas pela **Receita Federal**.

Toffoli é o relator de Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pelo conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a decisão do governo de voltar com o voto de qualidade, que havia sido eliminado por decisão do Congresso em 2020.

No despacho, Toffoli afirma que, diante dos riscos levantados na ação, há a necessidade do exame da medida cautelar pedida pela OAB. Entre os riscos citados na ação, está a insegurança jurídica, já que "há claros sinais" de que a mudança não será aprovada pelo Congresso Nacional, mas a regra já está valendo nos julgamentos.

Na prática, a decisão dá tempo para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fechar um acordo sobre o tema diante das resistências já mapeadas no Congresso em referendar a medida. A expectativa é de que Toffoli suspenda os julgamentos no **Carf** até o fechamento do acordo.

O voto de qualidade é usado quando há empate. Os presidentes das turmas de julgamento do **Carf**, indicados pela Fazenda, desempatavam os julgamentos.

Com o fim da prerrogativa, eliminada pelo Congresso em abril de 2020, as disputas passaram a ser resolvidas sempre favoravelmente aos contribuintes.

REUNIÃO.

Uma nova reunião de Haddad com representantes de grandes empresas e bancos está prevista para hoje, em Brasília. Como antecipou o Estadão, o ministro avalia aceitar proposta levada pelo presidente do conselho da Esfera Brasil, João Camargo.

A proposta levada a Haddad foi elaborada com apoio de Roberto Quiroga, sócio do escritório Mattos Filho. Por ela, em caso de empate, as multas e os juros cairiam, ou seja, não precisariam ser pagos, restando apenas o principal da dívida. A eliminação dos juros e multas seria um incentivo para que as empresas não recorram depois ao Judiciário.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Majoria no STF é a favor de "quebra" de decisão definitiva

Joice Bacelo De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem a maioria dos votos necessários para permitir a "quebra" de decisões judiciais definitivas. Trata-se de um dos temas mais importantes em tramitação no Judiciário. Afeta todos os processos que discutem pagamento de **tributos** e, se a decisão for confirmada da forma como está se desenhando, haverá enorme impacto ao caixa das empresas.

É que a maioria dos ministros também já se manifestou contra a chamada modulação de efeitos. Sem esse recurso, a **Receita Federal** poderá cobrar os **tributos** daqui para frente e também terá passe livre para buscar valores que, por força da decisão definitiva, não foram pagos pelos contribuintes no passado.

Nove ministros proferiram votos até agora. As discussões foram suspensas, ontem, pela presidente da Corte, a ministra Rosa Weber, e devem prosseguir na semana que vem. Apenas ela e o ministro Ricardo Lewandowski ainda precisam se pronunciar.

Pela decisão que está se desenhando, o contribuinte que discutiu a cobrança de um tributo na Justiça e teve a ação encerrada (sem mais possibilidade de recurso) a seu favor - autorizando a deixar de pagar - perderá esse direito se, tempos depois, a Corte julgar o tema e decidir que a cobrança é devida.

Essa sistemática muda o formato que se tem atualmente. Hoje a "quebra" não ocorre de forma automática.

O Fisco pode pleitear a reversão de decisões, mas por meio de um instrumento específico, a chamada ação rescisória - que tem prazo de dois anos para ser utilizada e pode ou não ser aceita pelo Judiciário.

Os nove ministros que se pronunciaram ontem votaram a favor da mudança. Eles entendem que quando o STF decide em sede de repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade - que têm efeito vinculante - há uma mudança no "estado de direito" e, por esse motivo, as decisões individuais perdem efeito. Se não for assim, dizem, se estará promovendo uma injustiça tributária, em afronta aos princípios da isonomia e da livre concorrência.

Uma segunda parte dessa discussão ainda está indefinida. Trata sobre o momento exato em que a decisão definitiva perderá a validade: se imediatamente após a decisão do STF ou se terão de ser respeitados os princípios da anterioridade nonagesimal (90 dias após a decisão) e a anual (ano seguinte à decisão).

Os dois relatores desse tema na Corte, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, votaram pela anterioridade e estão sendo acompanhados por três ministros (Nunes Marques, Luiz Fux e Cármen Lúcia). Quatro ministros, porém, entendem diferente (Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli).

Há divergências também em relação à modulação de efeitos.

Mas o placar que se tem agora - 6 a 3 - é suficiente para que esse recurso não seja aplicado.

Barroso, um dos relatores, foi o primeiro a se posicionar contra.

"Quem não recolheu [após a decisão do STF] supostamente beneficiado por coisa julgada, levou vantagem competitiva sobre todos os concorrentes", disse. Esse entendimento está sendo acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Para Edson Fachin, o outro relator do tema, no entanto, a modulação de efeitos deve ser aplicada.

"Considerando razões de segurança jurídica", afirmou. Os ministros Nunes Marques e Luiz Fux estão concordando com Fachin.

Sem a modulação, vale como marco para o Fisco poder iniciar as cobranças a data do julgamento de cada tema no STF.

Os casos em discussão, por exemplo, envolvem cobranças de CSLL.

Com a modulação de efeitos, a Receita poderia exigir o tributo somente daqui para frente. Sem a modulação, no entanto, as cobranças são possíveis desde o ano de 2007 - data em que o STF decidiu pela

constitucionalidade do tributo.

A conta a ser paga, em razão disso, pode ficar muito pesada. A CSLL incide sobre o lucro - tem alíquota de 9%. O acumulado, desde lá de trás, acrescido de correção e multa, atinge valores altíssimos.

A Samarco, empresa de mineração, por exemplo, afirma em seu balanço que tem decisão definitiva, considerando inconstitucional a cobrança de CSLL, e, por esse motivo, não recolhe a contribuição.

Informa ainda que vem sendo atuada pela Receita desde 2007 e que as cobranças estão sendo discutidas no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** ou se encontram suspensas por decisão judicial.

Todas essas cobranças, segundo a companhia, somam R\$ 6 bilhões.

Outros casos em que já houve mudança de jurisprudência também serão afetados. Advogados mapearam, pelo menos, quatro teses grandes. São elas: dedução da CSLL do Imposto de Renda, IPI na revenda de mercadorias importadas, contribuição patronal sobre o terço de férias e a exigência de Cofins para as sociedades uniprofissionais.

A Vale seria uma das empresas atingidas. Informa, em seu balanço, que tem decisão judicial definitiva desde 2004 permitindo deduzir do IRPJ os valores pagos a título de CSLL.

Afirma, porém, que desde 2018 decidiu, por conta própria, não fazer mais essas deduções.

Mas a decisão do STF, proibindo essas deduções, é de 2013 e a empresa foi atuada. A **Receita Federal** cobra valores referentes aos anos de 2016 e 2017. Esse caso está em discussão no **Carf**. No balanço consta impacto de R\$ 2,36 bilhões. Ao Valor, no entanto, a Vale informou que esse valor já foi reduzido na esfera administrativa para R\$ 802 milhões e diz que "ainda existem argumentos jurídicos em discussão".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450>

Maioria no STF é a favor de ‘quebra’ de decisão definitiva

Joice Baceolo
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) já tem a maioria dos votos necessários para permitir a “quebra” de decisões judiciais definitivas. Trata-se de um dos temas mais importantes em tramitação no Judiciário. Afeta todos os processos que discutem pagamento de tributos e, se a decisão for confirmada da forma como está se desenhando, haverá enorme impacto ao caixa das empresas.

É que a maioria dos ministros também já se manifestou contra a chamada modulação de efeitos. Sem esse recurso, a Receita Federal poderá cobrar os tributos daqui para frente e também terá passa livre para buscar valores que, por força da decisão definitiva, não foram pagos pelos contribuintes no passado.

Nove ministros proferiram votos até agora. As discussões foram suspensas, ontem, pela presidente da Corte, a ministra Rosa Weber, e devem prosseguir na semana que vem. Apenas ela e o ministro Ricardo Lewandowski ainda precisam se pronunciar.

Pela decisão que está se desenhando, o contribuinte que discutiu

a cobrança de um tributo na Justiça e teve a ação encerrada (sem mais possibilidade de recurso) a seu favor — autorizando a deixar de pagar — perderá esse direito se, tempos depois, a Corte julgar o tema e decidir que a cobrança é devida.

Essa sistemática muda o formato que se tem atualmente. Hoje a “quebra” não ocorre de forma automática. O Fisco pode pleitear a reversão de decisões, mas por meio de um instrumento específico, a chamada ação rescisória — que tem prazo de dois anos para ser utilizada e pode ou não ser aceita pelo Judiciário.

Os nove ministros que se pronunciaram ontem votaram a favor da mudança. Eles entendem que quando o STF decide em sede de repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade — que têm efeito vinculante — há uma mudança no “estado de direito” e, por esse motivo, as decisões individuais perdem efeito. Se não for assim, dizem, se estará promovendo uma injustiça tributária, em afronta aos princípios da isonomia e da livre concorrência.

Uma segunda parte dessa discussão ainda está indefinida. Trata sobre o momento exato em que a decisão definitiva perderá a validade: se

imediatamente após a decisão do STF ou se terão de ser respeitados os princípios da anterioridade nonagesimal (90 dias após a decisão) e a anual (ano seguinte à decisão).

Os dois relatores desse tema na Corte, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, votaram pela anterioridade e estão sendo acompanhados por três ministros (Nunes Marques, Luiz Fux e Cármen Lúcia). Quatro ministros, porém, entendem diferente (Gilmar Mendes, André Mendonça, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli).

Há divergências também em relação à modulação de efeitos. Mas o placar que se tem agora — 6 a 3 — é suficiente para que esse recurso não seja aplicado.

Barroso, um dos relatores, foi o primeiro a se posicionar contra. “Quem não recolheu [após a decisão do STF] supostamente beneficiado por coisa julgada levou vantagem competitiva sobre todos os concorrentes”, disse. Esse entendimento está sendo acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, André Mendonça, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Para Edson Fachin, o outro relator do tema, no entanto, a modulação de efeitos deve ser aplicada. “Considerando razões de seguran-

ça jurídica”, afirmou. Os ministros Nunes Marques e Luiz Fux estão concordando com Fachin.

Sem a modulação, vale como marco para o Fisco poder iniciar as cobranças a data do julgamento de cada tema no STF.

Os casos em discussão, por exemplo, envolvem cobranças de CSLL. Com a modulação de efeitos, a Receita poderia exigir o tributo somente daqui para frente. Sem a modulação, no entanto, as cobranças são possíveis desde o ano de 2007 — data em que o STF decidiu pela constitucionalidade do tributo.

A conta a ser paga, em razão disso, pode ficar muito pesada. A CSLL incide sobre o lucro — tem alíquota de 9%. O acumulado, desde lá de trás, acrescido de correção e multa, atinge valores altíssimos.

A Samarco, empresa de mineração, por exemplo, afirma em seu balanço que tem decisão definitiva, considerando inconstitucional a cobrança de CSLL, e, por esse motivo, não recolhe a contribuição.

Informa ainda que vem sendo autuada pela Receita desde 2007 e que as cobranças estão sendo discutidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ou se encon-

tram suspensas por decisão judicial. Todas essas cobranças, segundo a companhia, somam R\$ 6 bilhões.

Outros casos em que já houve mudança de jurisprudência também serão afetados. Advogados mapearam, pelo menos, quatro teses grandes. São elas: dedução da CSLL do Imposto de Renda, IPI na revenda de mercadorias importadas, contribuição patronal sobre o terço de férias e a exigência de Cofins para as sociedades uniprofissionais.

A Vale seria uma das empresas atingidas. Informa, em seu balanço, que tem decisão judicial definitiva desde 2004 permitindo deduzir do IRPJ os valores pagos a título de CSLL. Afirma, porém, que desde 2018 decidiu, por conta própria, não fazer mais essas deduções.

Mas a decisão do STF, proibindo essas deduções, é de 2013 e a empresa foi autuada. A Receita Federal cobra valores referentes aos anos de 2016 e 2017. Esse caso está em discussão no Carf. No balanço consta impacto de R\$ 2,36 bilhões. Ao Valor, no entanto, a Vale informou que esse valor já foi reduzido na esfera administrativa para R\$ 802 milhões e diz que “ainda existem argumentos jurídicos em discussão”.

Presidente defende aumento do alcance da Previdência

Thiago Resende Julia Chaib

Vargas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em mensagem ao Congresso, que vai propor um modelo de PREVIDÊNCIA que concilie o aumento da cobertura com o financiamento sustentável do sistema. Segundo ele, a inclusão de TRABALHADORES precisa ser prioridade nesse tema.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50176&maxTouch=0&_ga=2.142348146.1569739684.1675393590-1380897342.1635735907

Lula disse que a proteção previdenciária é um direito de todos, mas que milhares de TRABALHADORES são hoje excluídos do sistema. "Será proposto um modelo previdenciário que concilie o aumento da cobertura com o financiamento sustentável. A proteção previdenciária voltará a ser um direito de todos e todas", afirmou.

"Diante dos milhares de TRABALHADORES e trabalhadoras hoje excluídos, o desenvolvimento econômico, a geração de EMPREGO e a inclusão previdenciária serão centrais para a sustentabilidade financeira do Regime Geral de **PREVIDÊNCIA Social**", disse.

O PT vem sinalizando desde a campanha eleitoral que planeja uma nova legislação trabalhista que ofereça mais proteção a formas de trabalho hoje vistas pelo partido como pouco contempladas pelo arcabouço legal, como os prestadores de serviço para aplicativos.

Lula retomou o tema na mensagem que enviou ao Congresso ao dizer que vai propor uma nova legislação trabalhista com proteção social a todos os TRABALHADORES, em particular autônomos e TRABALHADORES de aplicativos.

"O novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, EMPREGO e relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, aos TRABALHADORES e às trabalhadoras domésticas, àqueles em teletrabalho e em home office e a TRABALHADORES mediados por aplicativos e plataformas", afirma o documento.

"Serão revistos os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma, e restabelecido o acesso gratuito à Justiça do Trabalho." Renato Machado, Danielle Brant e Mateus

Rever cadastros é essencial para deter a farra dos auxílios (Editorial)

A cada dia fica mais evidente o descontrole que impera nos cadastros de programas sociais. Os escassos recursos públicos chegam ao bolso de quem não precisa e faltam no de quem passa necessidade. O governo informou que um apagão nos sistemas em agosto "impactou negativamente" a prestação de serviços como Auxílio Brasil (atual Bolsa Família). Suspeita-se que 4,1 milhões de beneficiários tenham sido incluídos no cadastro entre julho e dezembro quase sem filtro.

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou em dezembro que a ajuda fora paga a 3,5 milhões de famílias que não se encaixavam nas regras do programa. A maior distorção estava no Nordeste, com 6,76 milhões de famílias elegíveis e 9,75 milhões de benefícios. O descontrole pode ser ainda maior, já que a análise do TCU considerou apenas os trabalhadores com carteira assinada.

O Auxílio Brasil foi um dos temas de maior destaque na campanha eleitoral.

O ex-presidente Jair Bolsonaro empenhava mundos e fundos para tentar a reeleição em meio a um cenário desfavorável nas pesquisas. Tanto Bolsonaro quanto Luiz Inácio Lula da Silva prometeram manter o valor do benefício em R\$ 600, embora não houvesse previsão orçamentária. Para cumprir a promessa depois de eleito, Lula apoiou uma PEC que atropelou o teto de gastos e gerou incerteza na economia.

Não se discute a importância de auxílios emergenciais e programas de complementação de renda em momentos de grave crise econômica e social. Mas é preciso ter critérios rigorosos para evitar injustiças e desperdício de dinheiro público. Não faltam indícios de que a farra é grande.

O pagamento do Auxílio Emergencial na pandemia já dera origem a escândalos.

Auditorias revelaram que a lista de beneficiários incluía **servidores públicos**, militares, trabalhadores com emprego fixo, residentes no exterior e até mortos. Um "empresário" que tentou vender vacinas ao Ministério da Saúde num esquema nebuloso admitiu, na CPI da Covid, ter recebido auxílio emergencial. A aluna de Medicina da USP acusada de desviar quase R\$ 1 milhão da festa de formatura da turma foi brindada

com a ajuda que deveria se destinar aos necessitados. Esses são casos que vieram à tona. E o resto?

Todos os cadastros deveriam passar por revisão rigorosa. Parece óbvio que não têm cumprido seu objetivo. Passou da hora de botar ordem na casa. Não deve ser difícil para o governo cruzar os dados do auxílio com bases de dados federais para impedir pagamento indevido.

É inadmissível que a seleção de famílias seja feita com base em critérios político-eleitorais. As normas precisam ser objetivas, transparentes e privilegiar os mais necessitados. É fundamental também voltar a cobrar contrapartidas dos beneficiários, como manter as crianças na escola e a caderneta de vacinação em dia. A assistência social não pode ser uma via de mão única.

Auxílios também não podem ser eternos. O país precisa crescer e gerar empregos, para que os cidadãos dependam menos da assistência governamental.

A fila de beneficiários dos programas sociais jamais acabará se a fábrica de miséria se mantiver a todo vapor.

A realidade mostra que, quanto mais famílias são incluídas, mais a fila aumenta. Nunca haverá recursos suficientes para atender a todos. O melhor benefício que o governo pode dar ao cidadão é a oportunidade para que ele ganhe seu próprio dinheiro.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Queda do dólar impulsiona ações de companhias aéreas - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Vai ter Disney de novo? Na tarde de ontem, o dólar ficou abaixo de R\$ 5 pela primeira vez desde junho do ano passado. Diversas razões explicam o movimento. A expectativa de altas de juros mais brandas nos Estados Unidos e a manutenção de taxas elevadas no Brasil favorecem o ingresso de capital externo no mercado doméstico. Com maior oferta da moeda americana no país, seu preço naturalmente cai. A eleição do presidente Lula também pode ser um fator determinante. O mercado internacional viu com bons olhos a vitória do petista, animando-se especialmente com a agenda ambiental e a reaproximação diplomática com diversos países. Diante disso, poderá trazer mais dinheiro para o Brasil. O dólar barato é ótimo para as companhias aéreas nacionais, que viram a cotação de suas ações dispararem na Bolsa, sendo negociadas, ontem, com alta acima de dois dígitos. Resta saber se eventuais derrapadas do governo na área econômica não farão o dólar acelerar novamente.

Tecnologia 5G avança em ritmo veloz

A tecnologia 5G encerrou 2022 com 5,7 milhões de acessos no Brasil, conforme dados apurados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Dona de 2,4 milhões de linhas, a Claro lidera o segmento, à frente de Vivo (1,9 milhão de chips) e TIM

(1,3 milhão). É forte o ritmo de crescimento do 5G no Brasil. A quinta geração da banda larga sem fio demorou seis meses para chegar à marca de 5 milhões de acessos. Por sua vez, o 4G precisou de 2 anos para alcançar o mesmo volume.

Para Tebet, **reforma tributária** não sairá antes de seis meses

O Brasil tem pressa, mas a **reforma tributária** não sairá antes de seis meses. Foi isso o que disse a ministra do Planejamento, Simone Tebet, após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira. Segundo Tebet, o governo dará apoio às propostas em discussão no Congresso - a PEC 45, de autoria de Bernard Appy, secretário especial de reformas do Ministério da Fazenda, e a PEC 110. "A **reforma tributária** é um processo que começa agora, mas não dá para falar em menos tempo que isso", disse a ministra.

A fome de crescimento do McDonald's no Brasil

Entra e sai ano e o McDonald's coleciona ótimos resultados no Brasil. A Arcos Dorados, empresa que opera os restaurantes na América Latina e Caribe, informou que as vendas no mercado brasileiro cresceram 28,8% em 2022, em relação a 2021. A tendência é que o ritmo se mantenha forte em 2023. A ideia é inaugurar entre 78 e 80 estabelecimentos no ano - pelo menos 50 deles no Brasil. Para levar o projeto adiante, a Arcos Dorados diz que serão investidos aproximadamente US\$ 350 milhões.

R\$ 47,9 bilhões é a dívida total da Americanas, segundo a equipe de administração judicial do processo de recuperação da empresa

"Criptoativos são um contrato de jogo com uma vantagem de quase 100% para a casa. Os Estados Unidos devem agora promulgar uma nova lei federal que impeça que isso aconteça" Charlie Munger, 98 anos, sócio de Warren Buffett e dono de uma fortuna estimada em US\$ 2,2 bilhões, ao defender o banimento de moedas virtuais nos Estados Unidos

RAPIDINHAS

A Diageo, dona das marcas Johnnie Walker, Smirnoff e Ypióca, inaugurou um novo Centro de Distribuição em Extrema, no sul de Minas Gerais.

O espaço é sustentável. Além de ter 100% de sua iluminação com lâmpadas LED, o que reduz em até 70% o consumo de energia, o maquinário usará baterias a lítio, que diminuem a emissão de CO2.

» A OrthoDontic, maior rede de ortodontia do Brasil,

fechou 2022 com faturamento de R\$ 374 milhões, o que representou um aumento de 15,8% diante de 2021. A empresa encerrou o ano com 274 unidades ativas. Em 2023, planeja inaugurar 42 clínicas e prevê faturar R\$ 435 milhões.

São Paulo e Rio de Janeiro são as áreas prioritárias para expansão.

» A General Motors investirá US\$ 650 milhões em uma mina de lítio nos Estados Unidos - é o maior valor desembolsado por uma montadora em matérias-primas desse tipo. O lítio, lembrese, é usado em baterias de veículos elétricos. Recentemente, a empresa anunciou a ampliação de sua linha de carros movidos a eletricidade.

» O mercado global de alimentos veganos deverá crescer ao ritmo de 9% ano até 2028, chegando a US\$ 34 bilhões. O cálculo foi feito pela consultoria SkyQuest a partir de análises de demanda.

Segundo a empresa, a expansão será motivada por consumidores que desejam reduzir os riscos de obesidade, colesterol e câncer.

Congresso mira área social e crescimento econômico



Sessão no plenário da Câmara marcou o início dos trabalhos legislativos de 2023



Rodrigo Pacheco afirmou que o Congresso atuará com base em três pilares: saúde pública, crescimento econômico e desenvolvimento social

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, reafirmou, ontem, ao discursar na solenidade de abertura do ano legislativo, o compromisso do Congresso Nacional com a democracia. Como fez no discurso após sua reeleição para o comando da Casa, ele defendeu a pacificação nacional e a harmonia das instituições, **reforma tributária** e mais investimentos na educação. O senador anunciou que o Parlamento atuará com base em três pilares que considera essenciais: saúde pública, crescimento econômico e desenvolvimento social. Ele defendeu o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a universalização do saneamento básico, prometendo engajamento no combate à fome e à miséria.

O parlamentar classificou os atos golpistas de 8 de janeiro contra as sedes dos três Poderes como "a mais covarde invasão e mais ignóbil depredação" e como "data sombria". "Conforta-nos, todavia, a certeza de que as instituições brasileiras não se eximirão de investigar e punir exemplarmente todos os criminosos

envolvidos, direta ou indiretamente, naquela barbaridade", declarou.

Pacheco também destacou seu comprometimento com o pacto democrático, com as instituições, com o diálogo e com a cooperação. Destacou que o Congresso seguirá exercendo seu papel de garantidor da democracia brasileira e prometeu proteger "nosso sistema democrático, nossas instituições e nosso processo eleitoral". De acordo com o parlamentar, o Legislativo vai trabalhar, de maneira independente e harmônica, com o Executivo e o Judiciário, a fim de lidar com as grandes questões nacionais.

O parlamentar prometeu o enfrentamento dos problemas da população com análises profundas e planejamentos cuidadosos, sempre com a participação da sociedade. Para Pacheco, os chefes de Poderes devem dirigir a sociedade para o caminho do respeito às divergências. Ele ainda disse que é preciso deixar para trás "tudo o que nos separa" e olhar para o futuro como uma "nova oportunidade".

Pacheco quer que o Congresso atue basicamente na melhoria da saúde pública, do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Sobre o SUS, ele lembrou a importância do sistema nos momentos mais graves da pandemia do coronavírus. "Trabalhemos, pois, para proteger e fomentar a prosperidade da nossa população, de toda nossa população, mas com especial atenção às camadas mais sensíveis, como os povos originários, os habitantes das zonas rurais, os carentes de um teto ou um pedaço de chão onde possam viver de forma íntegra e respeitosa", declarou.

O senador também disse que o Brasil almeja se destacar pelo desenvolvimento sustentável, aliando a responsabilidade fiscal à responsabilidade social. Segundo ele, o Parlamento vai trabalhar para que o Brasil volte a crescer e gerar empregos, "porque trabalho é também dignidade". Acrescentou que o Congresso Nacional não medirá esforços "para avançar na agenda do desenvolvimento". Ele admitiu que a pandemia comprometeu o desenvolvimento social do país. Segundo o presidente, o problema precisa ser enfrentado com planejamento e medidas efetivas - entre as quais a **reforma tributária**, a fim de simplificar, agilizar e baratear as atividades da iniciativa privada.

EDUCAÇÃO Em seu discurso, Pacheco dedicou atenção especial à "educação que forme cidadãos". Ele defendeu a educação como forma de evitar a intolerância. O senador afirmou que, em toda a história da humanidade, nenhum país tomado por conflitos internos foi capaz de crescer e se desenvolver no cenário internacional, muito menos de atender às demandas sociais e econômicas de seu povo.

Lamentou o fato de muitas famílias estarem divididas por questões políticas, e reforçou o alerta: "Um país dividido não cresce". Na opinião de Pacheco, a "disseminação maliciosa de informações falsas não pode ser enfrentada sem a efetiva educação de nossa gente".

"A educação é fator essencial para a propagação do respeito e da tolerância, para o desenvolvimento do espírito de cidadania, solidariedade e união", destacou. O presidente do Congresso ainda pediu a união do país, cobrou responsabilidade de todos os parlamentares e agradeceu a confiança dos senadores que o reconduziram ao comando do Senado.

"Tenho certeza de que, com a colaboração de cada um dos senhores e senhoras, o Parlamento brasileiro manterá o ritmo de produção e a qualidade dos trabalhos legislativos na Legislatura que ora se inicia", concluiu.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/02/2023/p1>

Lula fala em consenso para reconstrução

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva promete diálogo permanente e trabalho harmônico com o Congresso Nacional, reforçando que a busca do consenso é essencial para a reconstrução do país. É o que diz a sua mensagem enviada ao Congresso Nacional, ontem, lida durante a abertura do ano legislativo. Na mensagem, lida pelo 1º secretário da Mesa Diretora do Congresso, deputado Luciano Bi-var (União Brasil-PE), Lula elogiou duas demonstrações de "compromisso com o povo brasileiro": a aprovação da PEC da Transição para viabilizar a execução do Orçamento deste ano, principalmente para o pagamento do Bolsa-Família de R\$ 600; e a rápida e firme reação aos atos golpistas de 8 de janeiro, inclusive com a aprovação da intervenção na segurança do Distrito Federal.

"Reitero minha convicção de que o povo brasileiro rejeita a violência. Ele quer paz para estudar e o direito de sonhar um futuro melhor para si e para os que virão. É urgente enfrentar a fome e as desigualdades, olhando para todos, mas principalmente para os mais pobres, senão jamais conquistaremos verdadeiramente a real democracia", afirmou Lula. O presidente criticou a gestão do governo anterior, inserindo na mensagem o relatório resumido da equipe de transição que constatou o que ele considerou um desmonte das políticas públicas, com falta de recursos para saúde, educação e ciência e tecnologia, "além dos ataques aos povos indígenas e o ataque à proteção da biodiversidade". Para Lula, "a gestão do Estado foi relegada, e a transparência deu lugar ao sigilo desproporcional".

Sobre as primeiras medidas de seu governo, Lula destacou as novas regras para o controle de armas, a reativação do Fundo Amazônia e a revisão da destinação das multas ambientais. "Vamos tornar o Brasil uma potência ambiental, incorporando empreendimentos da sociobiodiversidade e da agricultura sustentável", ponderou. Nas votações no Congresso, citou como prioridade das primeiras semanas a votação das medidas provisórias editadas por ele, como a de reestruturação dos ministérios e a do complemento do Bolsa-Família. No curto e médio prazos, priorizou o debate de outros temas estruturantes, como a revisão das regras do teto de gastos e a **reforma tributária** "para redistribuir a carga de **impostos** de maneira mais justa".

Na área de educação, disse que vai apresentar, ainda este ano, propostas para aumento de creches e de escolas em tempo integral, revisão dos orçamentos e

aumento de vagas dos institutos federais de ensino, com destaque para o sistema de cotas. Na área de saúde, a mensagem presidencial destacou a Farmácia Popular, a ampliação de oferta de atenção especializada, com diminuição de filas para exames e procedimentos, e também a retomada das campanhas de vacinação.

YANOMAMI Quanto à tragédia que atingiu o povo yanomami, a mensagem de Lula defendeu, além das iniciativas de atendimento médico e nutricional, medidas drásticas, como a retirada de 20 mil garimpeiros "que atuam de forma ilegal no território indígena, assassinando crianças, destruindo florestas e envenenando rios e peixes com mercúrio". "O Estado brasileiro volta a atuar de forma obstinada contra a discriminação e o racismo.

As mulheres, as negras e os negros, os povos indígenas e as pessoas com deficiência voltam a ter no Estado um parceiro para suas lutas por igualdade", afirmou.

Na economia, Lula disse que irá mandar ao Congresso uma nova política de valorização do salário mínimo, a ser proposta por uma comissão até abril deste ano. Na área trabalhista, um novo modelo de atuação sindical e de proteção ao trabalho será discutido com as centrais sindicais e com o Congresso, "a fim de se alcançar um equilíbrio entre a proteção ao trabalho, a liberdade de empreender e o estímulo ao desenvolvimento". Sobre política externa, o presidente pretende fortalecer as relações com os países vizinhos da América Latina e defendeu ainda o multilateralismo em âmbito mundial, com ênfase também nos países africanos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/03/02/2023/p1>

Reforma tributária deve levar ao menos seis meses, diz Tebet após reunião com Lira



Simone Tebet, do Planejamento Adriano Machado - 5.jan.23/Reuters

Victoria Azevedo

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (2) após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a discussão da **reforma tributária** se prolongará por ao menos seis meses. A proposta está entre as principais prioridades da agenda econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo ela, não há como concluir a discussão antes desse prazo -ou seja, até o começo de agosto. "A **reforma tributária** é um processo que começa agora, mas a gente está, mais ou menos, definindo alguma coisa em torno de seis meses. Não dá para falar em uma **reforma tributária** em menos [tempo] que isso", afirmou.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) vem afirmando que a **reforma tributária** estaria apta para ser votada ainda no primeiro semestre e que acreditava ser possível uma aprovação até abril na Câmara dos Deputados. Lira também mencionou nos últimos dias que a intenção do governo é uma deliberação até abril.

Tebet, porém, ressaltou que o governo ainda não conhece o novo Legislativo. "Temos de dar o tempo deles. O importante é que a **reforma tributária** caminhe", afirmou.

"E ela vai caminhar porque tem boa vontade do Congresso, do presidente Lira, do presidente Pacheco.

É uma determinação do presidente Lula para que a equipe econômica possa avançar e se colocar à disposição do Congresso para avançar nessa pauta", disse.

A visita da ministra a Lira marca sua entrada na articulação pela reforma, fortalecendo a busca do governo pela aprovação do texto. "O Haddad já tinha feito essa interlocução, agora faltava a ministra do Planejamento fazer também", disse Tebet.

Segundo ela, a votação da reforma deverá começar pela Câmara e a ideia é que esse texto seja alinhado em conjunto entre as duas Casas. "Quando sair o projeto, a reforma da Câmara [deve ser] o mais próximo possível de um texto definitivo que o Senado tenha identidade e conforto para votar", afirmou.

Tebet disse que também apresentou a Lira a preocupação de estados com a perda de arrecadação com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Tebet e Lira se reuniram um dia após o deputado ter sido reeleito presidente da Câmara por mais dois anos com uma votação recorde. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também foi reeleito.

Ao ser questionada se o resultado daria uma segurança maior ao governo para votação de suas pautas, Tebet disse que a **reforma tributária** não tem a ver com a eleição do Senado, porque "sua necessidade é uma unanimidade no Senado, sempre foi".

"É uma necessidade urgente, tem unanimidade [sobre a] necessidade dela. Temos dois presidentes, da Câmara e do Senado, que vão fazer empenho em relação a ela. E temos um presidente da República dizendo que nós precisamos aprovar a **reforma tributária**", afirmou.

"Todos os elementos estão postos positivamente a favor da tramitação mais célere possível da **reforma tributária**. O conteúdo e como vai vir é uma outra história que começa a ser escrita a partir de agora através da Câmara dos Deputados."

O prazo menor, de três meses, foi citado por Lira após o resultado da eleição, na noite de quarta (1º). O

presidente da Câmara afirmou que a intenção do governo Lula é dar prioridade à abertura da discussão sobre a reforma e votar o tema em até três meses.

Segundo ele, o prazo para a **reforma tributária** foi definido para dar tempo aos parlamentares reabrirem as discussões sobre o tema, em conversas com gestores públicos e empresários.

"A intenção do ministro é que a gente -em um mês, dois, dois e meio- [consiga] revisitar os assuntos, discutir os temas, aproximar os novos parlamentares do assunto, revisitar municípios, estados, administração pública e empresários, para que nós tenhamos, com uma base consolidada de apoio, essa votação em dois e meio ou três meses", disse à GloboNews.

Tebet afirmou que a pasta vai se voltar agora à elaboração do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), espécie de prévia do Orçamento e que traz as metas de resultado das contas públicas. A proposta precisa ser enviada pelo governo ao Congresso até 15 de abril.

Um complicador para a tarefa neste ano é que a peça deve ser entregue ainda durante as discussões sobre a regra fiscal que substituirá o teto de gastos, o que cria incertezas sobre como o documento será elaborado.

"Nós temos um prazo para a LDO, que vai caminhar junto com a nova âncora fiscal. Abril é o prazo que a gente tem que entregar [o projeto da LDO]. Então, como peça mais importante agora no caso do Planejamento é a LDO. Mas não tratamos disso", afirmou.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50176&maxTouch=0&_ga=2.142348146.1569739684.1675393590-1380897342.1635735907

União e Podemos terão vice-líderes do governo

Na mira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ampliar a base aliada no Congresso Nacional, o União Brasil e o Podemos, que se declaram independentes, terão representantes como vice-líderes do governo na Câmara dos deputados.

Os deputados Damião Feliciano (União-PB) e Igor Timo (Podemos- MG) foram os nomes escolhidos pelas legendas para as funções.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), já escalou 13 dos 15 nomes que ocuparão as vagas. Para completar o grupo, Psol e Republicanos foram convidados, mas o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos- SP), sinalizou a aliados que o seu partido não aceitará o posto.

Segundo apurou o Valor, o dirigente do Republicanos acredita que a independência da sigla é diferente da exercida por União e Podemos.

Além de abrigar aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a legenda foi da base da candidatura à reeleição do ex-mandatário.

Há a possibilidade de essa vaga ficar com o PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que foi reconduzido ao posto com votação recorde e tem feito gestos de aproximação com Lula. Os progressistas ainda não têm nenhum representante entre os nomes apresentados por Guimarães.

Além do União e do Podemos, já foram escalados para o time que auxiliará Guimarães parlamentares de PT, PV, MDB, PSB, PDT, PSD, PCdoB, Avante e Solidariedade.

Indicado pelo PSD, Pedro Paulo (RJ), que chegou a ser cotado para ministro, consta como vice-líder e deve ser um dos responsáveis por negociar a **reforma tributária**.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187450?page=1§ion=1>

Lula pede apoio para novo regime fiscal em abertura do ano Legislativo

Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e João Valadares De Brasília

A defesa da democracia, da união nacional e a prioridade da realização de uma **reforma tributária** deram o tom dos discursos dos integrantes dos três Poderes da República na sessão de abertura oficial do ano legislativo. Em sua mensagem ao Congresso Nacional para 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu também apoio do Parlamento para a instituição de um novo regime fiscal e uma construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho.

No detalhamento da mensagem, o governo Lula se opõe ainda às privatizações dos Correios, da EBC e da Eletrobras, mas não informa se medidas serão adotadas para reverter a perda de controle desta última. O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez uma operação de capitalização em que a União deixou de ter a maioria das ações com direito a voto. "É preciso que a Eletrobras recupere seu papel como patrimônio do povo, preservando a soberania energética brasileira e viabilizando programas como o Luz para Todos, que terá continuidade, e uma política sustentável de modicidade tarifária", diz a mensagem.

Há outros indicativos dos planos do governo no documento, que defende "preservar o regime de partilha", em que a Petrobras atua como sócia de todos os campos de exploração do pré-sal, e que seu fundo social "deve estar, novamente, a serviço do futuro". O texto também fala da necessidade de uma transição para uma nova política de preços dos combustíveis que considere os custos nacionais, o que é criticado por especialistas.

Em relação à lei trabalhista, a mensagem de Lula ao Congresso defende nova legislação para "proteção social" de todas as formas de trabalho, com especial atenção aos autônomos, trabalhadores domésticos, em "home office" e que atuam por aplicativos ou plataformas.

Lula ressaltou que quer "contar com a colaboração do Congresso" para a construção negociada de regras para um novo sistema sindical e de proteção ao trabalho. "As propostas serão elaboradas por meio de diálogo tripartite - governo, centrais sindicais e empresariais - e submetidas à apreciação e ao

aperfeiçoamento pelos representantes do povo no Congresso". Um dos objetivos é restabelecer o acesso gratuito à Justiça do Trabalho.

A mensagem foi entregue pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, e lida pelo primeiro-secretário da Câmara, Luciano Bivar (União-PE). "Avançaremos na **reforma tributária**, essencial para a retomada sustentável do crescimento, e que deverá promover uma mudança capaz de distribuir a carga tributária de maneira mais justa", diz a mensagem.

O governo fala ainda em "reavaliar" os modelos de concessão de rodovias, autoridades portuárias e autorizações ferroviárias.

Em seu discurso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu uma **reforma tributária** voltada para a simplificação.

"Não tenho dúvidas de que a simplificação do nosso sistema tributário terá efeitos positivos." Lira também ressaltou que a democracia brasileira passou por uma das mais duras provas no dia 8 de janeiro, quando os prédios dos três Poderes foram atacados por bolsonaristas radicais. "Estarmos aqui reunidos menos de um mês após os ataques mostra a força de nossas instituições. O Poder Legislativo não se confunde com o prédio em que funciona. O Parlamento são os senhores e senhoras, escolhido pela vontade do povo".

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) foi na mesma linha. "Protegemos e protegeremos nosso sistema democrático, nossas instituições e nosso processo eleitoral". Ele disse acreditar ser responsabilidade do Congresso o encaminhamento de "um processo de superação do clima de intolerância e desunião que vem crescendo nos últimos anos".

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, ressaltou a força das instituições.

"A manutenção dos trabalhos institucionais, apesar da agressão desprezível de 8 de janeiro, é a resposta fundamental que se impunha, sem qualquer hesitação, aos atos de violência contra as instituições democráticas".

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Lula pede apoio para novo regime fiscal em abertura do ano
Legislativo

Site:

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1§ion=1)***

O copia e cola da incerteza fiscal (Artigo)

Rolf Kuntz Jornalista

Copiar e colar tem sido uma das atividades principais do Banco Central (BC), no esforço de preservar a moeda num cenário de risco permanente para as contas públicas. Em sua primeira reunião no terceiro governo Lula, o Comitê de Política Monetária (Copom) mostrou-se tão cauteloso quanto no mandato do presidente Jair Bolsonaro, marcado pelo voluntarismo, pelas decisões improvisadas e pelas violações do teto de gastos. Ao anunciar a manutenção dos juros básicos em 13,75%, o Comitê de Política Monetária (Copom) mencionou uma "incerteza maior que a usual" em torno de suas premissas e projeções.

Essa frase, usada no informe divulgado no começo da noite de quarta-feira, apareceu em todos os comunicados a partir de maio do ano passado, quando a taxa básica foi aumentada para 12,75%. As diferenças entre Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva podem ser enormes, a concepção das funções e obrigações do poder público podem ter mudado, mas as mudanças parecem pouco perceptíveis, por enquanto, quando se trata de riscos fiscais.

Outro agourento lugar comum nos comunicados do Copom tem sido a "incerteza" em relação ao "arcabouço fiscal".

Essas palavras apareceram no **comunicado** emitido há um ano, em 2 de fevereiro de 2022, e têm-se repetido com regularidade.

Mas as notas têm ressaltado também a insegurança percebida pelos mercados, um fator importante para a evolução dos preços e dos juros. Os "questionamentos em relação ao arcabouço fiscal" são apontados como sinais de perigo. Alguns efeitos desses "questionamentos", como a instabilidade cambial, são facilmente percebidos no dia a dia.

O dólar caro foi um permanente sinal de alerta no últimos anos, mesmo depois da fase mais perigosa da pandemia. O dólar tende a valorizar-se, em tempos incertos, mesmo quando o comércio externo permanece no azul, como tem ocorrido no Brasil, e o superávit comercial facilita a manutenção de um volume seguro de reservas.

Contas externas saudáveis são insuficientes para a estabilidade cambial, quando Brasília torna pouco previsível a evolução das contas oficiais, incluída, naturalmente, a dívida pública.

Ninguém contribuiu mais para esse tipo de insegurança, neste ano, do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu primeiro mês foi marcado por falas desastradas sobre gastos públicos, juros e **inflação**. O presidente contrastou responsabilidade social e responsabilidade fiscal, como se fossem antagônicas.

Contestou a meta de **inflação**, reclamou dos juros e falou contra a autonomia do BC. Seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, perguntou por que os juros são tão altos, como se ignorasse os desafios **impostos** à política monetária e como se as perspectivas fiscais, no Brasil, fossem tranquilas como em países com tradição de contas públicas seguras. Além disso, o governo deve o projeto, prometido para abril, de uma nova âncora fiscal. Em 22 de março o Copom anunciará mais uma decisão sobre juros. O presidente Lula tem mais de um mês para reduzir a incerteza mencionada no próximo **comunicado**.

Rolf Kuntz Jornalista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cenário cria expectativa de mais inflação para este ano



Arruda: "Se vai ter mudança da meta ou não, o estrago já está feito; teve essa desancoragem que demora para trazer de volta"

Anaís Fernandes De São Paulo

Uma prévia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro acima do esperado, a sinalização mais firme da equipe econômica do governo de que a reoneração de combustíveis pode mesmo acontecer a partir de março e a deterioração das expectativas de **inflação** têm levado algumas casas a ajustarem para cima suas estimativas de IPCA em 2023 (e mesmo 2024), prevendo para este ano pouca ou uma nenhuma desaceleração em relação a 2022, quando registrou 5,8%.

Ontem, o BNP Paribas revisou suas projeções de 5,5% para 6,5% em 2023 e de 4% para 5% em 2024.

No curto prazo, para este ano, o cenário passou a incluir o retorno dos **impostos** federais sobre gasolina e álcool, cuja isenção foi prorrogada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fim de fevereiro.

"Estávamos na dúvida, mas decidimos considerar porque tem uma demanda clara do governo por mais gastos e houve comentários recentes de que os **impostos** voltariam", diz Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do banco. Em visitas a representações dos setores produtivos e financeiros ao longo deste semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou que não há discussão até o momento sobre nova prorrogação das isenções.

No início da semana, o Bradesco revisou sua projeção para o IPCA em 2023 de 5,1% para 5,7%, refletindo a surpresa altista com o aumento dos valores dos automóveis (referência para o IPVA) no IPCA- 15 de janeiro e o reajuste na gasolina anunciado pela Petrobras no início do ano. Pelos mesmos motivos, na semana passada, a MCM já tinha elevado sua projeção para 2023 de 6,2% para 6,4%, enquanto a XP foi de 5,4% para 5,7%.

Ambas as casas consideram a reoneração dos combustíveis, o que o Bradesco, por ora, não faz e que, segundo o banco, aproximaria o IPCA de 6,5% neste ano. O Itaú Unibanco, que espera uma **inflação** de 5,8% em 2023, também admite em relatório desta semana que a projeção tem viés altista.

Na semana passada, o Rabobank também ajustou sua estimativa de IPCA, mas ainda em um patamar menos pressionado, de 5,2% para 5,4%. Apesar de considerar todos os fatores de revisão mencionados, inclusive a volta dos **impostos** federais sobre combustíveis, a equipe do banco entende, assim como parte dos analistas, que a reoneração poderá ser compensada, em parte, por preços de commodities mais comportados.

"Esperamos queda especialmente do petróleo, mas também dos preços agrícolas, já que a safra deve ser melhor", diz Renan Alves, economista do Rabobank. O banco também acredita que o real pode se fortalecer no primeiro semestre.

"Tem fatores para os combustíveis baixarem, seja pelo dólar, seja pelo preço do petróleo", diz Alves.

Na semana passada, incorporando todos esses elementos, o Safra elevou sua estimativa para IPCA em 2023 de 6% para 6,2%. O banco considera ainda a elevação em quatro pontos percentuais da alíquota de ICMS estadual sobre a gasolina, o que está em discussão.

"Pode ocorrer, ainda, aumento das alíquotas de ICMS de outros bens e serviços como alternativa para os Estados recuperarem parte da redução de receitas tributárias decorrente da redução das alíquotas em 2022", alerta o Safra. "A contribuição desses fatores chega a um ponto percentual em 2023, com alguns efeitos de segunda ordem que podem pressionar a

inflação de 2024." Extrapolando o curto prazo, Arruda, do BNP Paribas, aponta que o país parece caminhar para um novo equilíbrio macroeconômico, com mais impulso fiscal. "Assumindo que o governo tem a preocupação de trazer o cenário fiscal para um quadro minimamente responsável, será necessário aumentar **impostos**, o que tende a gerar pressão de **inflação**", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1§ion=1>

Segundo Arruda, o principal argumento para as revisões nos seus cenários, porém, é a desancoragem das expectativas de **inflação**, no contexto das discussões sobre qual será a meta de **inflação** percebida pelo governo e se ela vai mudar oficialmente ou não. "Não quer dizer que um anúncio de mudança da meta acontecerá em junho", diz Arruda, em referência à reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Mas o que a gente vê, olhando para períodos anteriores de desancoragem das expectativas, é que a comunicação do governo importa", afirma.

O presidente Lula já criticou publicamente as atuais metas de **inflação**, de 3,25% em 2023 e 3% nos dois anos seguintes. Depois, sua equipe econômica teve de reforçar em mais de uma ocasião que não há, no momento, debate no governo sobre mudança das metas. "A repetida mensagem de falta de paciência com relação à saúde da política monetária também gera desconforto e pressiona as expectativas de **inflação**", diz Arruda.

"As expectativas de **inflação** de consenso estão sugerindo que os analistas já estão trabalhando com uma meta de **inflação** de fato mais alta", diz a equipe do Citi, que elevou suas projeções para o IPCA de 4,5% para 5,3% em 2023 e de 3% para 3,6% em 2024 na terça-feira, logo após a reunião do Comitê de Política Monetária. As estimativas ainda estão abaixo das medianas do mercado, que são de 5,7% e 3,9%, pela ordem, segundo o boletim Focus.

"Se vai ter mudança da meta ou não, o estrago já está feito. Teve essa desancoragem que demora para trazer de volta. O custo é ter expectativa de **inflação** mais alta por mais tempo", afirma Arruda.

Com projeção de IPCA de 6,7% para este ano, a Terra Investimentos já embutia a piora das expectativas antes mesmo dos ruídos em torno da meta. "Estava contando com uma piora do ambiente de negócios por causa dos sinais da política fiscal emitidos após a eleição.

A piora do ambiente de negócios inclui a piora das expectativas de **inflação** e resulta em uma projeção de preços livres maior", diz o economista Homero Guizzo.

OCDE detalha adoção do imposto mínimo global

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) detalhou ontem a diretriz final para os governos sobre como introduzir o novo imposto mínimo global para empresas em suas legislações, o que deixa a reforma mais perto de ser lançada no ano que vem.

Em 2021, na reformulação mais profunda das regras tributárias transfronteiriças em uma geração, quase 140 países concordaram com a adoção de uma alíquota mínima de 15% para as multinacionais, ao se comprometerem com um imposto adicional sobre lucros contabilizados em países que têm alíquotas mais baixas.

A reforma visa atualizar regras sobre **impostos** transfronteiriços definidas décadas atrás para a era digital, em que gigantes da tecnologia como Apple e Google podem registrar lucros em países com **impostos** baixos, como a Irlanda. A expectativa da OCDE é de que a mudança produza receitas adicionais de US\$ 220 bilhões em termos mundiais. Sua diretriz final tem como objetivo esclarecer detalhes sobre os quais ainda havia dúvidas, para que os governos possam adotar códigos tributários de maneira consistente e coordenada e assim limitar os custos de adequação para as empresas e as possibilidades de conflitos.

A OCDE informou que deu detalhes em particular sobre como outros governos devem reconhecer o imposto mínimo que já existe nos Estados Unidos, o Global Intangible Low-Taxed Income (Gilti), que cobre patentes, marcas registradas e direitos autorais.

A diretriz, aguardada ansiosamente por empresas e consultores tributários, além das administrações tributárias, também detalha o escopo das empresas abrangidas, assim como as etapas operacionais e de transição.

Para o Departamento do Tesouro dos EUA, a diretriz dará mais clareza à questão, ao mesmo tempo em que protege incentivos fiscais como os créditos verdes previstos na Lei de Redução da **Inflação** (IRA, na sigla em inglês).

"O avanço continuado na implementação do imposto mínimo global representa outro passo para tornar as condições mais equitativas para as empresas dos

EUA", disse a secretária assistente do Tesouro para Política Tributária, Lily Batchelder.

Ela acrescentou que isso também protegerá os trabalhadores e as famílias de classe média dos EUA, ao acabar com a busca pelas menores alíquotas possíveis nos **impostos** para empresas.

A reforma tem ganhado força antes de sua implementação, no início do ano que vem. Em dezembro, a União Europeia (UE) acertou a adoção do imposto mínimo em todos os 27 países do bloco. O Japão prepara sua legislação interna e a Suíça deve fazer um referendo em junho. Mas o cenário é mais incerto para outros planos previstos na reforma, como o de realocar 25% do lucro das maiores multinacionais para serem tributados nos países em que seus clientes estão, independentemente da localização física dessas empresas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1§ion=1>

Colhendo juros (Editorial)

Se era esperada a decisão do Banco Central de manter sua taxa de juros em elevadíssimos 13,75% ao ano, o alerta quanto aos impactos inflacionários do aumento dos gastos públicos foi reação proporcional às indicações temerárias do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A conjuntura, particularmente incerta no âmbito fiscal e com expectativas de **inflação** se distanciando da meta em horizontes mais longos, demanda maior atenção na condução da política monetária", disse o **comunicado** da instituição, lido como uma indicação de que os juros podem ficar onde estão até o final do ano.

Eis o resultado, nada surpreendente, da aprovação da PEC da Gastança e do falatório de Lula contra a responsabilidade fiscal, a autonomia do BC e as metas de **inflação**, a seu ver muito baixas.

As projeções de mercado para o IPCA deste ano e dos próximos vêm subindo desde novembro. Na última coleta, o ponto médio das expectativas foi de 5,74% em 2023, bem acima da meta de 3,25%. Para 2024, o quadro também se agrava com variação esperada de 3,9%, ante a meta oficial de 3%.

Se há poucos meses havia um claro caminho para cortes da Selic (a taxa do BC) para até 11% ainda neste ano, a perspectiva agora é de permanência do arrocho.

Em nada ajuda, ademais, o questionamento pueril de Lula a respeito da autonomia legal da instituição. A cultura de gestão monetária foi assentada na prática seguida por sucessivos governos, incluindo os do próprio petista, culminando na sua formalização em 2021.

Retroceder nesse quesito abalaria a credibilidade da política econômica, com a consequência óbvia de mais **inflação**, que penaliza sobretudo os mais pobres.

Tampouco convém mexer nas metas anuais já definidas até 2025. A tese dos defensores dessa intervenção é a de que desequilíbrios econômicos do país, inclusive o do próprio Orçamento federal, tornam as metas irrealistas.

Sua elevação, por esse argumento, permitiria queda mais rápida dos juros e melhor desempenho da atividade econômica no curto prazo. A tese é questionável teoricamente, porque subir a meta

pioraria ainda mais as expectativas, e o momento seria péssimo.

O temor de descompromisso com as contas públicas e a adoção de velhas fórmulas intervencionistas ameaçam a evolução da economia e do emprego. A boa notícia é a aparente disposição dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento, para desfazer o estrago.

Será imperativo fazer escolhas sensatas nos próximos meses, em especial com a apresentação de uma regra rígida e crível para o controle das despesas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50176>

Lula sinaliza possível mudança na autonomia do BC após Campos Neto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que pode buscar rever a autonomia do Banco Central quando terminar o mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

"Quero saber do que serviu a independência. Eu vou esperar esse cidadão (Campos Neto) terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o banco central independente", disse Lula em entrevista à RedeTV!.

Questionado sobre se poderia haver mudança em relação à autonomia, o presidente da República confirmou. "Eu acho que pode, mas... quero dizer que isso é irrelevante para mim. Isso é irrelevante, isso não está na minha pauta. O que está na pauta é a questão da taxa de juro", disse.

Lula tem criticado a taxa e juros e a independência do BC com frequência, afirmando que a instituição não faz mais agora do que quando seu presidente era trocado sempre que um novo governo assumia. Durante a campanha, no entanto, Lula afirmou mais de uma vez que não pretendia propor, ao menos inicialmente, uma legislação que revertesse a independência do BC.

A independência do Banco Central foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro em fevereiro de 2021. Os mandatos do presidente e dos diretores do BC, com duração de quatro anos, não coincidem com os do presidente da República, de forma que os governos que tomam posse tenham de conviver por mais algum tempo com autoridades monetárias indicadas pela gestão anterior.

Indicado por Bolsonaro, Campos Neto permanecerá no cargo até dezembro de 2024.

Dólar chega a cair R\$ 4,94 com tom duro do Copom

Ana Paula Branco

O dólar fechou nos R\$ 5 nesta quinta (2), impulsionado pela decisão do Banco Central de manter a Selic (taxa básica de juros) em 13,75% ao ano e pela entrada de fluxo estrangeiro no mercado brasileiro.

É a primeira vez desde 29 de agosto de 2022 que a

moeda americana desce a esse patamar.

O dólar comercial à vista fechou em queda de 0,35%, vendido a R\$ 5,04. Durante o dia, a moeda chegou a ser negociada a R\$ 4,94.

O Ibovespa fechou em queda de 1,72%, aos 110.116,73 pontos, pressionado pelo recuo das ações da Vale e da Petrobras, que caíram acima de 4,6%.

Os juros futuros subiram pouco antes do final do pregão com novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao teto de gastos e promessa de aprovar uma nova reforma trabalhista.

Os contratos para 2024 saíram de 13,60% do fechamento desta quarta (1º) para 13,69%. Para 2025, a taxa subiu de 12,88% para 13,06%. Nos contratos para 2027, os juros chegaram a 12,71, mas ficaram em 12,90%.

O discurso de Lula ajudou o Ibovespa a operar em contramão às Bolsas internacionais.

O destaque positivo desta quinta fica para os bancos privados, que registram alta, impulsionados pela decisão do Copom. As ações do Itaú (ITAU4) subiram 0,92%; e as do Bradesco (BBDC4), 1,5%.

O Santander Brasil, que divulgou nesta quinta um lucro abaixo do esperado, oscilava com viés de alta. Segundo o balanço, os resultados relativos ao quarto trimestre de 2022 mostram lucro líquido gerencial de R\$ 1,689 bilhão, uma queda de 45,9% em relação ao trimestre anterior.

Para Vitorio Galindo, head de análise fundamentalista da Quantzed, o desempenho das ações decorre de uma leitura positiva dos dados de inadimplência nas operações de crédito a pessoas físicas.

"O CEO [do Santander] comentou na teleconferência que as novas safras estão melhorando o perfil de crédito e que a inadimplência está abaixo da média do mercado. Também mostraram isso na apresentação, acho que deu uma animada com a recuperação da carteira/resultados", diz Galindo.

Puxada pela queda do dólar, as ações das aéreas Gol e Azul dispararam nesta quinta no Ibovespa. A GOLL4

avançou 13,12% e a AZUL4 subiu acima de 7%.

"As companhias aéreas são extremamente sensíveis à variação cambial e à do petróleo. A valorização dessas ações reflete a expectativa de que a desvalorização do dólar ajudará a melhorar o resultado das companhias, seja por aumentar a demanda por viagens internacionais, seja por reduzir os custos das aéreas", afirma Charo Alves, da Valor Investimentos.

Do outro lado, com pedido de tutela de urgência para impedir que seus ativos sejam bloqueados a pedido de credores, abrindo caminho para uma nova recuperação judicial, a Oi viu suas ações derreterem nesta quinta. Os papéis OIBR4 fecharam a quinta com queda acima de 30%.

Os bancos centrais globais, que correram para aumentar as taxas de juros no ano passado em meio à alta da **inflação**, agora, preparam o terreno em uníssono para uma pausa que, embora ainda não prometida, começa a ser vislumbrada para este ano. O reflexo já é sentido nos pregões.

Os principais índices de Wall Street tiveram um impulso após o chefe do banco central americano, Jerome Powell, reconhecer que a **inflação** está começando a diminuir depois que o banco central dos EUA elevou as taxas em 25 pontos-base.

Os comentários de Powell acalmaram investidores com a percepção de que uma recessão nos EUA, que tem sido amplamente precificada, provavelmente será branda.

O S P 500 e o Nasdaq fecharam em alta, beneficiados pela disparada de Meta após anunciar recompra de ações e prometer cortar custos em 2023, enquanto o Dow Jones encerrou com sinal negativo.

Na zona do euro, as ações atingiram seu nível mais elevado em quase um ano nesta quinta-feira, depois que mensagens agressivas contra a **inflação** por parte do BCE (Banco Central Europeu) falharam em diminuir as esperanças de investidores de que o ciclo de alta das taxas de juros globais esteja próximo do fim.

Um índice amplamente observado das ações da zona do euro fechou em alta de 1,8%, numa máxima desde 18 de fevereiro do ano passado, enquanto o índice pan-europeu STOXX 600 fechou em alta de 1,35%, a 459,20 pontos.

O BCE elevou as taxas de juros em 0,50 ponto percentual nesta quinta-feira e sinalizou explicitamente pelo menos mais um aumento da mesma magnitude no próximo mês, após o qual avaliaria o caminho subsequente da política monetária.

As ações imobiliárias, que são mais sensíveis aos juros, foram as que mais subiram no STOXX 600 nesta quinta, em alta de 6,8%, enquanto os papéis de tecnologia atingiram seu nível mais elevado desde março do ano passado.

Os bancos, cujas margens geralmente se beneficiam do aumento das taxas de juros, caíram das máximas em quase um ano tocadas no início da sessão e fecharam em queda de 0,7%.

Nesta quarta (1º), antes do anúncio do Copom, o dólar à vista fechou em queda de 0,25%, a R\$ 5,06 na venda, patamar de encerramento mais baixo desde 4 de novembro passado (R\$ 5,05).

O tom duro do Banco Central ao justificar sua decisão, alertando para a incerteza fiscal e a pressão inflacionária, foi lido por analistas como um sinal de que os juros não devem cair neste ano -tornando, assim, a moeda brasileira atraente para investidores estrangeiros.

O recuo do dólar foi impulsionado também pela decisão do Federal Reserve, o banco central americano, de elevar sua taxa de juros em 0,25 ponto, uma desaceleração em relação a aumentos anteriores para o combate à **inflação**.

"A ideia de que os juros não vão cair tão cedo ganha cada vez mais força e evidência prática, e o fluxo para o mercado local tende cada vez mais a aumentar", disse à Reuters Bruno Mori, planejador financeiro pela Planejar, destacando o amplo espaço entre os patamares de juros no Brasil e nos Estados Unidos.

Quanto maior o diferencial entre os custos dos empréstimos domésticos e internacionais, mais atraente fica o real para uso em estratégias de "carry trade", que consistem na contratação de empréstimo em país de juro baixo e aplicação desses recursos em praça mais rentável. Desta forma, a manutenção da Selic no nível elevado atual e um arrefecimento do aperto monetário do Fed jogam a favor da divisa brasileira.

Para além do fator juro, alguns investidores apontaram o resultado das eleições para as lideranças do Congresso como um suporte adicional para o real, depois que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu o que queria ao ver reeleitos Arthur Lira (PP-AL) como presidente da Câmara e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) como presidente do Senado.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50176&maxTouch=0&_ga=2.142348146.1569739684.1675

393590-1380897342.1635735907

O duro e necessário recado do BC (Editorial)

Como esperado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano nesta semana. Até aí, jogo jogado, uma vez que o órgão já havia indicado essa intenção na reunião de dezembro, quando anunciou que a Selic seria mantida no atual patamar por um período "suficientemente prolongado". Assim, na primeira reunião do ano, ciente de que as atenções estariam voltadas para as sinalizações sobre seus movimentos futuros, o BC deu um duro e necessário recado ao governo de Lula da Silva.

Não foi por falta de aviso. As incertezas relacionadas à política fiscal do governo já vinham deteriorando as expectativas de **inflação** havia semanas. Na mais recente pesquisa Focus, as projeções para a **inflação** subiram de 5,48% para 5,74% para este ano, acima da meta de 3,25%. As previsões para a **inflação** de 2024 também aumentaram, de 3,84% para 3,90%, superior à meta de 3%. O BC, naturalmente, incorporou essas expectativas ao cenário de referência com o qual trabalha para guiar suas decisões - e mesmo nesse horizonte mais amplo, que mira 18 meses à frente, a **inflação** ultrapassaria a meta e atin-giria 3,6% no terceiro trimestre de 2024.

Nessa situação, não restam alternativas. Tendo em vista que seu objetivo é manter a **inflação** sob controle e que seu instrumento para conduzi-la à meta é a Selic, o BC terá de mantê-la elevada por mais tempo. A principal consequência dessa decisão é que ela jogou por terra as esperanças de que os juros pudessem começar a cair neste ano. É algo muito ruim para o crescimento da economia, mas poderia ser pior. No cenário alternativo do BC, levar a **inflação** a 2,8% em 2024 exigiria que os juros seguissem em 13,75% pelos próximos 18 meses. Fosse este o panorama a orientar a instituição, mesmo as pífi-as projeções da Focus para o **PIB**, de 0,80% neste ano e de 1,50% para 2024, já seriam absurdamente otimistas.

No **comunicado**, o BC reafirmou o óbvio, mas há momentos em que até o óbvio precisa ser reafirmado. Este é um deles. De maneira incisiva, a instituição explicitou o quanto os cenários para a **inflação** têm sido influenciados pela hesitação do governo Lula a respeito do futuro do arcabouço fiscal. E, assim, reafirmou sua autoridade e autonomia para conduzir a política monetária na direção do cumprimento das metas de **inflação**.

"O Comitê reforça que irá perseve-rar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como

também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas, que têm mostrado deterioração em prazos mais longos desde a última reunião. O Comitê enfatiza que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado", disse o **comunicado**.

Em vez de comprar uma briga com o BC, o governo Lula faria muito bem se tentasse compreender esse recado. Quando as políticas monetária e fiscal estão alinhadas, a **inflação** permanece sob controle e os juros podem ser reduzidos. Trata-se de uma premissa para um crescimento sustentável, como o presidente almeja. Definido o comando da Câmara e do Senado, disputa que monopolizou as atenções do Executivo nas últimas semanas, o governo precisa apresentar de uma vez a âncora fiscal que substituirá o teto de gastos. Se ela for crível, terá a capacidade de ajustar as expectativas dos agentes de maneira imediata, algo que facilitaria o trabalho do Banco Central e abriria espaço para um ciclo de corte de juros como o desejado por Lula da Silva.

Agilizar o debate sobre a âncora fiscal não é interesse apenas do mercado. É algo que vai ao encontro dos interesses do próprio governo - dado que, se não conseguir aprovar o novo dispositivo até a metade deste ano no Legislativo, terá de seguir os limites do teto na elaboração do Orçamento de 2024. Nesse sentido, o **comunicado** do BC, que costuma ser bastante cifrado, é de uma clareza cristalina. Sob o ponto de vista do equilíbrio fiscal, a âncora é a maior das prioridades para o BC e para os investidores. Deveria ser também para Lula. »

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado vê dólar mais fraco após sinalização sobre Selic

I SILVANA ROCHA, LUCIANA XAVIER e LUIZ GUILHERME GERBELLI

Pela primeira vez desde junho do ano passado, o dólar voltou a cair ontem abaixo de R\$ 5, influenciado pela sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom) de que a taxa básica de juros (Selic) pode permanecer num nível elevado por mais tempo. Na mínima do dia, a moeda americana chegou a valer R\$ 4,94.

Ao longo da sessão, a queda do dólar perdeu força, para fechar na cotação de R\$ 5,0454, ainda assim um recuo de 0,30% no dia.

Na quarta-feira, o Copom manteve a taxa básica de juros em 13,75% pela quarta vez seguida - a Selic está no maior nível desde janeiro de 2017. Na sua primeira decisão no governo Luiz Inácio Lula da Silva, o comitê ressaltou que a incerteza fiscal tem produzido um custo maior para que a **inflação** caia, indicando que pode prolongar o aperto nos juros.

No cenário internacional, também na quarta, o Federal Reserve (o banco central dos Estados Unidos) elevou a taxa de juros em 0,25 ponto porcentual, para a faixa entre 4,50% e 4,75% ao ano. De sua parte, o presidente do Fed, Jerome Powell, reforçou que a tarefa de reduzir a **inflação** nos EUA (a maior nos últimos 40 anos) ainda não está completa, mas apontou que os sinais de desinflação começam a surgir.

EFEITO.

Segundo especialistas, a combinação desses dois fatores - a manutenção da Selic em nível elevado e um arrefecimento do aperto monetário do Fed - favorece o chamado "carry trade", contratação de empréstimo em país de juro baixo e aplicação desses recursos em lugares mais rentáveis, como o Brasil.

"Desde o fim do passado, o dólar vem perdendo força no mundo, com a perspectiva de que o Fed se aproxima do fim do ciclo (de alta dos juros) e de que a economia americana mostra sinais de desaceleração, assim como a **inflação** já caminha para patamares menores", diz **Silvio Campos Neto**, economista da consultoria Tendências.

Há um fator adicional na cena externa que contribui

para a valorização do real, e tem a ver com a reabertura da economia chinesa - o país abandonou a política de covid zero. Uma retomada mais forte da China pode beneficiar as moedas de países exportadores de commodities, como é o caso do Brasil. O FMI elevou a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) da China deste ano de 4,4% para 5,2%.

"Os mercados ficaram satisfeitos que o Copom sinalizou intenção de postergar os cortes de juros para assegurar o processo de desinflação no Brasil. O Copom respondeu à demanda do mercado de maior rigidez", avalia **Leonel Mattos**, analista de inteligência de mercado da Stonex.

"Esse cenário favorece a entrada de capitais e, por isso, o mercado se antecipa e desmonta parte de suas posições cambiais defensivas."

Juros básicos 13,75% é o índice da taxa Selic, que foi mantido pelo Banco Central (BC) anteontem, o que favoreceu ontem a queda da cotação do dólar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Volta o debate: inflação versus crescimento - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Trata-se de uma péssima ideia a de aumentar a meta de inflação dos atuais 3,25% neste ano ou de 3% nos próximos anos para 4,5%, segundo cogitou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quem defende uma meta maior de inflação para ter, em troca, uma menor taxa de desemprego ainda alimenta a ilusão de que esse é um trade-off que existe. "Isto é uma falácia. Não acontece. Desde os anos de 1970 que se sabe que, se existe esse trade-off (curva de Phillips), ele é temporário, de muito curto prazo", aponta Marcos Bonomo, professor de macroeconomia do Insper, que foi convidado para se incorporar à equipe do Ministério da Fazenda sob o comando de Fernando Haddad, mas declinou do convite por motivos pessoais.

Para Bonomo, essa é uma má ideia por pelo menos três razões: fere a credibilidade do regime de metas para a inflação; penaliza mais os mais pobres, justamente quem o governo diz que quer proteger; e compromete bastante o funcionamento do sistema de preços. "É preciso deixar claro que não se trata, nesses pontos que estou levantando, de não dar importância à questão do emprego. Isso é muito importante para qualquer Banco Central além, é claro, da inflação", pondera ele.

Estamos em um mundo em que as expectativas de inflação são importantes. No momento em que o governo anuncia que a meta de inflação será de 4,5% e não mais de 3%, as expectativas, que são determinantes relevantes da inflação corrente, também aumentam.

Não está claro, na fala do presidente Lula, se a intenção do governo seria de mudar a meta de 3% de 2024 e 2025 ou se tal decisão de aumentar a inflação para 4,5% seria uma proposta a ser levada para a reunião de junho do Conselho Monetário Nacional (CMN), que definirá a meta de inflação para 2026.

Seja qual for a decisão, o fato é que ela geraria uma perda de credibilidade do sistema, que é um capital econômico-político, diz o professor do Insper, ao detalhar as três razões pelas quais concorda que trata-se de uma má ideia. A partir daí, perde-se um instrumento que está funcionando bastante bem e

introduz-se um elemento de "bagunça" no regime de metas decrescentes de inflação.

Segundo Bonomo, quanto mais baixa for a inflação - mais próxima de zero - mais estável ela tende a ser, pois os preços ficam mais ancorados. Assim, é mais fácil controlar uma taxa de 3% do que de 4,5%. "Com a inflação mais alta fica tudo mais custoso e mais instável. E o risco é de que ela saia de controle mais facilmente." Em segundo lugar, a inflação gera uma arrecadação maior para o governo, o imposto inflacionário que é pago, em geral, pelos mais pobres. "Isso é uma coisa indesejável especialmente para um governo que se diz preocupado com os mais pobres, salienta ele. A inflação é claramente regressiva.

E, por fim, ele aponta, ainda, a questão da transparência do sistema de preços, que funciona melhor quando as pessoas sabem os preços relativos.

"Num sistema nominal como o nosso, toda vez que uns preços sobem mais na frente de outros, os preços relativos ficam desalinhados. As pessoas tentam reposição, aguçam-se os conflitos." A inflação é a média da variação dos preços. Quanto maior a inflação, maior será a dispersão de inflação das diversas cestas de consumo. Se ela é de 4,5%, a do pobre pode ser de 6% ou 7%. Quando a inflação é mais baixa, de 3%, dificilmente a inflação dos pobres será tão salgada.

Um pouco mais de inflação para ter um pouco mais de crescimento é um trade-off de existência duvidosa. Desde os anos 70 acredita-se que não exista essa troca entre mais inflação para menos desemprego, ou se existe, que é de muito curto prazo.

"O presidente Lula está sendo mal aconselhado. Alguém está ensinando economia errada pra ele", suspeita.

Depois que o presidente mencionou a intenção do governo de aumentar a meta de inflação, o ministro da Fazenda deu prosseguimento ao assunto e, ontem, foi a vez de a ministra do Planejamento, Simone Tebet, comentar. Em entrevista ao Poder 360, ela disse: "Não se discute em absoluto mudar a meta de inflação". Mas continuou: "Nós não estamos pensando nisso agora. Não estamos enxergando neste momento espaço para essa discussão. Essa

decisão, que pode ser mais para frente, nós vamos deixar lá para frente", concluiu a ministra, deixando mais uma fonte de incertezas para o futuro no ar.

O mais natural, é fato, seria ninguém do governo entrar nessa discussão, deixando o Banco Central tratar do assunto. O Copom nunca perseguiu meta irrealista de inflação.

Quando precisou, ele fez a meta ajustada na transição do governo FHC para o de Lula. Em carta aberta de janeiro de 2003 o BC estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004. Em 2004 alterou, novamente, a meta que era de 4,5% para 2005. Mas não chamou de meta ajustada e anunciou que calibraria a taxa de juros para um objetivo de inflação de 5,1% em 2005.

Pagar um alto custo para poder surfar em uma onda de curto prazo, que é duvidosa, é uma tolice.

"Alguém está ensinando economia errado para o presidente Lula"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1§ion=1)**

PIB moderado é mais provável do que recessão, diz Picchetti

Alessandra Saraiva Do Rio

O ano de 2023 apresenta, até o momento, sinais de continuidade de expansão econômica "moderada" nas palavras do professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Paulo Picchetti. Ele fez a observação ao comentar análise recente sobre o tema, veiculada ontem, do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), do qual é integrante.

Ao falar sobre o ritmo da economia brasileira, o especialista explicou que os membros do comitê identificaram ocorrência de "vale" (momento ruim) no ciclo de negócios no segundo trimestre de 2020, ano em que a pandemia começou. Mas o "vale", detalhou ele, representou fim de contração econômica que perdurou durante primeiro e segundo trimestres de 2020; e sinalizou retorno do país à expansão econômica, a partir do terceiro trimestre daquele mesmo ano.

O especialista informou que, mesmo com diferentes acontecimentos na economia nem sempre positivos em 2021 e em 2022, é possível dizer que o Brasil permaneceu em expansão econômica, nesses dois anos, com possibilidade de permanência em 2023.

"Está cedo [para fazer previsões].

Mas por projeções de mercado até o momento, podemos dizer que estamos mais para continuidade de expansão moderada do que caminhando para recessão." Ao detalhar o porquê da divulgação somente agora de **comunicado** do comitê, com análise referente até terceiro trimestre de 2020, o professor da FGV lembrou que o Codace visa estabelecer cronologias de referência para ciclos econômicos brasileiros. Esse tipo de análise demanda tempo e cuidado por parte dos pesquisadores.

E, no caso da edição veiculada ontem, os especialistas tiveram que lidar com algo nunca visto na história recente: análise de impacto, nos ciclos, de crise econômica originada de uma pandemia.

"Realmente [ocorreu] uma série de impactos que dificultaram, e dificultam até hoje, análise cuidadosa de nível de atividade" admitiu.

No entanto, afirmou que os membros do comitê têm

mais preocupação de avaliar de forma adequada a cadência da economia, do que veicular rapidamente análise sobre o tema. "Sempre privilegiamos datar [ciclos econômicos] com convicção e não datar rápido." Além de Picchetti, fazem parte do Codace Affonso Celso Pastore, diretor da AC Pastore Associados; Edmar Bacha, diretor do Iepe- Casa das Garças; João Victor Issler, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da fundação (FGV EPGE); Marcelle Chauvet, professora da Universidade da Califórnia; Marco Bonomo, professor do Insper; Fernando Veloso, professor da FGV EPGE e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da fundação (FGV Ibre); e Vagner Ardeo, vice-diretor do FGV Ibre.

Ao falar sobre os sinais de retorno do país à expansão econômica, notados a partir do terceiro trimestre de 2020 segundo análise do Codace, o especialista reiterou acreditar que esse fenômeno permaneceu, nos trimestres seguintes.

"Os anos de 2021 e de 2022 continuaram a ser anos complicados [na economia]. Mas não o suficiente para caracterizar recessão, nos moldes classificados como de queda generalizada em todos os setores da economia", disse.

Ao justificar sua posição, o especialista reconheceu que em 2021 e em 2022 foram observados desempenho "não muito bons" em produção industrial e em formação bruta de capital. Mas, por outro lado, ponderou ele, o período mostrou forte expansão do setor de serviços, bem como manutenção de performance positiva no setor agrícola. "Por isso creio tendência de expansão de atividade [nos trimestres posteriores após terceiro trimestre de 2020] presente depois desse 'vale' [nos primeiro e segundo trimestres de 2020]." E, sobre 2023, o especialista voltou a destacar que seu entendimento sobre continuidade de expansão econômica moderada para esse ano seria mais "um exercício de previsão", com base nas informações até o momento.

"Vamos ver como vai evoluir", afirmou Picchetti.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187450?page=1§ion=1>